
EDITORIAL

OPÇÃO PELOS POBRES: LUZ NO ENSINAMENTO SOCIAL DA IGREJA

A propósito da encíclica "Sollicitudo Rei Socialis"

Para comemorar o vigésimo aniversário da Encíclica Populorum Progressio de Paulo VI, o papa João Paulo II escreveu nova encíclica social. Nela pretende retomar e atualizar o ensinamento da encíclica jubilar.

A encíclica Populorum Progressio, na década de sessenta, colocou-se no caminho aberto pela Mater et Magistra, de João XXIII, quando a Igreja se preocupa, pela primeira vez de maneira explícita, com as desigualdades e o subdesenvolvimento existentes no mundo. O Terceiro Mundo emerge na consciência da Igreja. Esta preocupação estará presente na Constituição Pastoral Gaudium et Spes, do Concílio Vaticano II, e terá a sua formulação mais explícita e lúcida na Populorum Progressio. Daí o impacto que teve citada encíclica, especialmente no Terceiro Mundo e mais especificamente na América Latina. Um ano após a sua publicação realizava-se a II Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín, animada e inspirada pela força profética da Populorum Progressio. A nível da Igreja Universal, será no Sínodo de 1971 que se fará sentir mais fortemente o impacto da irrupção do Terceiro Mundo na Igreja, quando se proclama "que o combate pela injustiça e a participação na transformação do mundo são uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho" (Justiça no mundo, 7).

A publicação da Carta Apostólica Octagesima Adveniens (1971) parece encerrar um ciclo nos documentos pontifícios sobre questões sociais. Paulo VI afirma aí a dificuldade em propor e pronunciar uma palavra única para todos e, sobretudo, em dar uma solução de valor universal. "É às comunidades cristãs — dirá Paulo VI — que cabe analisar, com objetividade, a situação própria do seu país e procurar iluminá-lo com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho (...). A essas comunidades cristãs incumbe discernir, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com os outros irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e econômicas que se apresentam como necessárias, com urgência em não poucos casos" (OA 4).

Para Paulo VI já não se tratava tanto de uma doutrina, mas muito mais de um ensinamento social; por isso já não escreve uma encíclica e sim uma carta apostólica.

É nesta perspectiva que várias Igrejas particulares tratarão de debruçar-se sobre a realidade concreta, a nível continental ou nacional, buscando sensibilizar as comunidades cristãs na luta pela justiça ou justificar e confirmar a sua caminhada. Assim, na América Latina, África e Ásia vai tomar corpo, cada vez mais, a Teologia da Libertação. Esta desperta o pensamento e a prática eclesiais para a relevância da questão das mediações sócio-analíticas na explicação científica e objetiva da realidade social, não se atendo somente à formulação de critérios. Mostra como a prática das CEBs permite vislumbrar elementos de um projeto histórico alternativo aos sistemas vigentes. Enfim pensa de modo mais coerente e sistemático a articulação entre a prática dos oprimidos e seu papel protagônico no processo de transformação da sociedade.

Episcopados nacionais empenharão grandes esforços visando a analisar objetivamente a situação dos seus países e apontando critérios éticos para a ação política, social e econômica concreta. Basta recordar os grandes documentos do episcopado brasileiro: "Exigências cristãs de uma nova ordem política" (1977), "A Igreja e os problemas da terra" (1980), "Solo urbano e ação pastoral" (1982) — só para citar alguns. Dentro desta perspectiva devem ser lembrados ainda o importante documento do episcopado dos Estados Unidos, "O desafio da paz: a promessa de Deus e a nossa resposta" (1983), e o decisivo texto sobre a economia, intitulado "Justiça econômica para todos: o ensinamento social católico e a economia dos Estados Unidos". Estes documentos, bem como o do Episcopado canadense de 1983 sobre o desenvolvimento econômico, constituem marcos importantes no discurso social da Igreja.

Não obstante esta vitalidade no ensinamento social da Igreja a nível de continentes e países, o papa João Paulo II julgou necessário repensar, também a nível universal, a Doutrina Social da Igreja, procurando adequá-la aos desafios de nossos tempos. Esta tarefa se concretiza na Laborem Exercens (1981) e é continuado na Sollicitudo Rei Socialis (1987).

A nova Encíclica chama a atenção, em primeiro lugar, pela análise extremamente negativa do desenvolvimento econômico nestes últimos vinte anos, a nível mundial. Assim constata a persistência e até o alargamento do "fosso" entre o Norte e o Sul do mundo, no aspecto econômico, e a divisão Leste-Oeste, no aspecto político-ideológico. Enumera vários estigmas do desenvolvimento desigual, como a exploração e a opressão, as discriminações, os totalitarismos, o imperialismo, o

armamentismo enquanto indústria e comércio de armas, o terrorismo, os refugiados, a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, o desemprego e o subemprego, a crise da moradia e o analfabetismo. Ao longo de onze parágrafos o Papa descreve os aspectos negativos do desenvolvimento econômico, enquanto emprega apenas um para descrever os aspectos positivos. Entre estes ressalta "a plena consciência, em muitíssimos homens e mulheres, da dignidade própria e da dignidade de cada ser humano", a convicção de uma interdependência radical, a preocupação ecológica, o esforço de organismos internacionais em remediar os males do mundo (SRS 26).

A Encíclica descreve estes problemas e detecta os assim chamados "mecanismos perversos" (SRS 17, 35 e 40) como provocadores do superdesenvolvimento de uma minoria e do subdesenvolvimento da maioria (SRS 28). Eles não foram ainda superados pela falta de "uma vontade política eficaz" (SRS 35). E estes "mecanismos perversos" estruturam o sistema internacional do comércio discriminando os produtos industriais dos países em desenvolvimento; a divisão internacional do trabalho, pela qual "produtos a baixo preço, de alguns países que não dispõem de legislações eficazes sobre o trabalho ou demasiado fracos para aplicá-las, são vendidos em outras partes do mundo com lucros consideráveis para as empresas especializadas neste ramo de produção, que não conhece fronteiras" (SRS 43); o sistema monetário e financeiro mundial pela "flutuação dos métodos de câmbio e de taxas de juros em detrimento da balança de pagamentos e da situação de endividamento dos países pobres" (SRS 43); as tecnologias e as suas transferências; as organizações internacionais.

Estes "mecanismos perversos", de ordem econômica e política, são lidos teologicamente pela Encíclica como "estruturas de pecados" (SRS 36) e se expressam sobretudo em duas atitudes: "avidez exclusiva do lucro" e "sede de poder" a "qualquer preço" (SRS 37). Neste sentido vivemos num "mundo submetido às estruturas de pecado". "O conjunto dos fatores negativos, que agem em sentido contrário a uma verdadeira consciência do bem comum universal e à exigência de o favorecer, dá a impressão de criar, nas pessoas e nas instituições, um obstáculo difícil de superar" (SRS 36). E vítimas destas "estruturas de pecado" não são só os indivíduos mas também nações e blocos. "Estruturas de pecado" que fazem com que "por trás de certas decisões, aparentemente inspiradas só pela economia e pela política, se escondam verdadeiras formas de idolatria: do dinheiro, da ideologia, da classe e da tecnologia" (SRS 37).

Certamente uma das grandes e importantes novidades da Encíclica é o fato de assumir a decisiva contribuição da Teologia da Libertação

e da Igreja latino-americana que é a opção preferencial pelos pobres, e elevá-la à categoria de princípio ético que julga os "mecanismos perversos" geradores do desequilíbrio econômico internacional. Ou seja: à luz da opção preferencial pelos pobres, — a partir dos pobres, que são a grande maioria da humanidade —, são julgados os mecanismos econômicos e políticos internacionais que provocam e causam o subdesenvolvimento.

Mais ainda: a opção preferencial pelos pobres é apresentada como princípio que deve orientar, estruturar e ser aplicado "às nossas responsabilidades sociais e, por isso, ao nosso viver e às decisões que temos de tomar, coerentemente, acerca da propriedade e do uso dos bens" (SRS 42). Enfim, a opção preferencial pelos pobres "deve traduzir-se, a todos os níveis, em atos concretos até chegar a uma série de reformas necessárias", inclusive aquelas que "são requeridas pela situação de desequilíbrio internacional..." (SRS 43).

Assim um dos aspectos fundamentais da Teologia da Libertação é assumido e integrado no magistério social da Igreja universal. Isto é explicitamente reconhecido na Encíclica como "uma nova maneira de enfrentar os problemas da miséria e do subdesenvolvimento, que faz da libertação a categoria fundamental e o primeiro princípio de ação" (SRS 46).

Uma outra contribuição da Encíclica é a afirmação de que "a doutrina social da Igreja não é uma 'terceira via' entre o capitalismo liberalista e o coletivismo marxista, nem sequer uma possível opção entre outras soluções menos radicalmente contrapostas" (SRS 41). Neste aspecto a Encíclica continua o ponto de evolução atingido com a *Laborem Exercens* quando pela primeira vez o ensino social da Igreja se achega do marxismo sem uma postura que o rechace por princípio mas, pelo contrário, assumindo certos elementos como a socialização dos meios de produção que garante e assegura a subjetividade da sociedade (LE 14), e a planificação global que garante a iniciativa das pessoas (LE 18; cf. SRS 15).

Outro avanço a ser assinalado é a maior explicitação de uma categoria encontrada no pensamento de João Paulo II: a solidariedade. É descrita como "atitude moral e social" e como "virtude cristã, e definida como "a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum" (SRS 38). Ela nos "ajuda a ver o 'outro' — pessoa, povo ou nação — não como instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve" (SRS 39). Assim a solidariedade recebe um conteúdo concreto a partir da opção pelo pobre e se define como justiça

social. Neste sentido, a solidariedade "é o caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento": "a paz é fruto da solidariedade" (SRS 39).

Se assinalamos estes ganhos, especialmente o assumir a opção preferencial pelos pobres como princípio estruturador da vida econômica, social e política da sociedade internacional, também devemos registrar que a Encíclica não tem a força e a candência nem produziu o impacto da Populorum Progressio há vinte anos atrás. Isto se deve, entre outros fatores, ao próprio espírito da nossa época, mais de desilusão diante das utopias do que de esperança por transformações, ao contrário da década de sessenta na qual se insere a encíclica de Paulo VI. Por outro lado, o documento não tem a mordência daquele emanado do episcopado dos EUA sobre os problemas econômicos nem sua influência sobre o mundo ocidental, justamente por ser de cunho universal.

A publicação da recente Encíclica recoloca a questão, posta por Paulo VI: "perante situações assim tão diversificadas, torna-se-nos difícil tanto o pronunciar uma palavra única, como o propor uma solução que tenha um valor universal" (OA 4). Daí a sensação de que a nova Encíclica faz apenas um amplo levantamento dos grandes problemas econômicos do mundo, sem uma adequada mediação teórica na sua análise. Limita-se a apontar em direção a uma superação destes problemas, mas tende a ficar sem efeito por demasiado genérica e destituída de mediação prática. São, aliás os limites de um documento de cunho universal. Apenas mostram a necessidade do engajamento das Igrejas particulares na análise e busca de soluções para os problemas. Os documentos dos episcopados nacionais são parte essencial e necessária ao magistério social da Igreja.

Em todo o caso a recente Encíclica vale como sinal de uma nova tomada de consciência dos sofrimentos e desafios dos povos mais desfavorecidos, por parte da Igreja universal, e como uma prova reiterada da irrupção do Terceiro e agora também Quarto Mundo no seio da Igreja.